

AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA: A ZONA FRANCA DE MANAUS

Beatriz Maria Soares Pontes *

Marinez Gil Nogueira **

Na realidade capitalista contemporânea, a palavra "mudança" vem atribuindo sentido a uma verdadeira espécie de revolução no modo de produção capitalista. Essa mudança se refere às novas formas de acumulação de capital com base na tão difundida "**automação flexível**", ou seja, automação com base na técnica da microeletrônica. As inovações tecnológicas de base microeletrônica vão consubstanciar o que vem sendo chamado de terceira revolução industrial, ocorrida nos países de capitalismo avançado na década de 80. Essas inovações resultam da necessidade do Capital de garantir sua acumulação frente às significativas perdas de lucratividade decorrentes da crise econômica da década de 70, a qual passou a ser analisada também como a crise do Fordismo. Conforme análise de Serva (1995), ao lado do padrão Americano Fordista/taylorista de produção, surge o modelo japonês (toyotismo), que passa a ser hegemônico frente às novas formas de organização do trabalho requeridas pela tecnologia microeletrônica.

Diante destes fatos, desencadeia-se um verdadeiro processo de mudanças no modo de produção e de gestão do trabalho. Os estudos atuais passam a analisar esse processo de mudanças, estudando os efeitos das inovações tecnológicas sobre o trabalho, ressaltando principalmente as questões relativas ao emprego, salário, qualificação etc.

Esse período coincide com o processo de mudança ocorrida nas organizações empresariais da Zona Franca de Manaus, ocasionado pelas medidas da política-econômica do então governo Collor, que passam a ser difundidas pela mídia como "neoliberais". O chamado "projeto de reconstrução nacional", tinha o objetivo de "modernizar a economia", desencadeando a chamada reforma do Estado, o corte dos gastos com as políticas públicas, o processo de privatização das Empresas Estatais, baseado no pressuposto do "livre funcionamento do mercado", como condição básica da expansão econômica. É neste contexto que entra em cena a política de **abertura do mercado** para a concorrência internacional.

A abertura do mercado brasileiro para a concorrência internacional, trouxe conseqüências para o modo de organização econômica empresarial existente, causando impactos nas economias regionais, que vinham sendo reproduzidas com o padrão de desenvolvimento do Estatismo Brasileiro, consubstanciado no modelo de "substituição de importação". O que se observa nessa medida de abertura do mercado é a quebra deste modelo. De acordo com Salgado (1994), a desregulação econômica defendida pela política de abertura de mercado, causou um verdadeiro dismantelamento do modelo de substituição de importação, que tinha o Estado com principal artífice, sendo este modelo um padrão de concorrência estabelecido pelos condicionantes estruturais da produção brasileira e pelas regras institucionais criadas pelo Estado, através dos incentivos e subsídios estatais, que tinham por objetivo o protecionismo e

* Depto. de Geografia - UFRN

** Depto. de Ciências Sociais - UFRN

manutenção de posições no mercado. Neste sentido, a abertura do mercado implicou em uma rearticulação entre o Estado e empresas privadas, com a quebra dos subsídios e incentivos fiscais e outros estímulos governamentais tão a gosto do empresariado brasileiro. Não há porque estranhar que o impacto inicial desta medida sobre as indústrias da Zona Franca de Manaus, considerada "paraíso fiscal", tenha registrado como os fatos demonstraram, um alto índice de desemprego e fechamento de fábricas. É a partir deste momento que as empresas são obrigadas a modificar a forma como vinham processando a produção, para garantir a qualidade necessária dos produtos, imposta pela nova fase competitiva. Segundo Bonfim (1990), a política de concorrência imposta pelo governo, objetivou tornar a economia brasileira mais competitiva em nível internacional, pressionada pelo processo de globalização da economia da nova ordem econômica mundial.

Constata-se neste contexto um processo radical de mudanças na Zona Franca de Manaus.

Diante destes fatos, o parque industrial da Zona Franca de Manaus foi pressionado a acelerar o passo rumo ao alcance de condições de competitividade, o que desencadeou um nítido processo de reestruturação produtiva. As indústrias, para garantirem iguais condições de competitividade com os produtos do mercado internacional, foram obrigadas a modificar a organização do processo produtivo, direcionando todos seus esforços para as "atividades-fins", ou seja, setores de produção, incrementando novas tecnologias que resultam na redução da mão-de-obra. A redução foi ainda mais sentida, nas chamadas "atividades-meios", isto é, setores de apoio como administração, serviços médicos, de transporte, segurança e assistência social. A maioria destes serviços passaram por um processo de terceirização.

Foi a partir deste contexto que as indústrias da ZFM vivenciaram um processo mais efetivo de inovação tecnológica de base microeletrônica, e também por mudanças na forma de gestão de sua força de trabalho. E são os impactos deste processo de reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho no interior das unidades fabris que se destacam. Acreditamos que as relações de trabalho tomaram uma nova conformação, fruto destas inovações tecnológicas e organizacionais. Conforme as análises atuais sobre essas inovações, as mesmas estão assentadas em um processo produtivo flexível e em modelos de gestão participativa, que apontam para uma espécie de mudança comportamental no interior da fábrica, tanto da parte dos empregadores e suas gerências como dos empregados. As relações sociais historicamente coercitivas, passam por um verdadeiro processo de "harmonização" dos conflitos entre capital e trabalho. Esse processo é resultante de uma difusão ideológica de "parceria" e "responsabilidade mútua" no interior do processo produtivo. Segundo as reflexões teóricas atuais, é este o sentido dos chamados modelos de gestão pós-fordistas, em que as regras e rotinas tayloristas passam a ser suavizadas através dos "trabalhos de grupo".

O que nos leva a atestar uma transformação nas relações sociais das empresas da ZFM a partir destas inovações, no sentido de uma "transformação cultural", ou seja, mudança de um ambiente de trabalho pautado em relações de trabalho autoritárias, para um ambiente menos conflitivo. É o fato de termos constatado que as empresas a partir deste contexto, passaram a não atribuir o mesmo valor às políticas empresariais, ou seja, serviços e programas de benefícios sociais que sempre tiveram por objetivo o apaziguamento dos conflitos sociais existentes no processo produtivo. Estes serviços e programas sofreram uma forte redução. A classe trabalhadora que sempre exerceu poder de pressão sobre a realização destas políticas empresariais, torna-

se apática quanto a essa questão. Este nos parece ser um dado importante que nos leva a questionar, o que está sendo a causa desta mudança na forma dos empresários conceberem as políticas sociais empresariais, que vem fazendo que as mesmas tenham seu grau de importância reduzido, enquanto mecanismo de reprodução da força de trabalho e também de acumulação de capital. Entendemos que não podemos responder a essa questão apenas em seu aspecto econômico, ou seja, pela necessidade de redução de custos imposta pelo contexto de competitividade. Acreditamos que essa resposta esteja no aspecto "cultural" da questão, isto é, que um processo ideológico consubstanciado pelas inovações tecnológicas e organizacionais está construindo novos mecanismos de harmonização dos conflitos, fazendo com que os empresários não se sintam mais pressionados a investir nos antigos mecanismos de apaziguamento de conflitos, ou seja, nas políticas sociais empresariais.

É neste sentido que a diminuição do valor atribuído às políticas sociais empresariais, por parte dos empresários, enquanto importantes instrumentos de redução de conflitos, tem relação com os efeitos das inovações tecnológicas e organizacionais do processo produtivo sobre as relações de trabalho. O processo de reestruturação produtiva das indústrias da Zona Franca de Manaus deve ser entendido como consequência do processo de globalização que se torna mais efetivo a partir da década de 90. O desencadeamento deste processo de reestruturação produtiva tem suas causas na pressão sentida pelas empresas da ZFM para se adequarem à essa nova ordem econômica mundial, impulsionando, desta forma, a corrida em busca de qualidade e produtividade adequadas à competitividade no mercado globalizado.

Assim, as medidas econômicas que vem sendo chamadas de "Neoliberais", são apenas expressões das exigências desencadeadas pela transformação da base técnica do capitalismo contemporâneo.

Portanto, a partir da chamada terceira revolução industrial ocorrida na década de 80 nos países avançados, o capitalismo passa por uma reestruturação não só técnica, mas também política, exigindo novos mecanismos de acumulação. Os mecanismos assentados no paradigma Fordista de produção e na regulação econômica consubstanciada pela ótica do Estado interventor de Bem-estar Social, já não respondiam mais às novas exigências do Capital, que em um contexto de globalização, pressionava as economias para um verdadeiro processo de "desregulação e flexibilização econômica". É neste contexto que o dogma liberal de "livre mercado" ressurge com força, devido à globalização da economia, consubstanciada na ideologia "neoliberal". Entretanto, essa hegemonia ideológica neoliberal não pode ser entendida como a causa das mudanças na economia capitalista contemporânea, e sim o efeito político de uma mudança que ocorreu na estrutura do modo de produção do capitalismo atual, a partir do final da década de 70, em decorrência da crise do capitalismo evidenciada em 1973. Segundo Serra (1993:88), neste contexto, é evidenciada uma crise no capitalismo em países da Europa e nos EUA, com diminuição do crescimento econômico e inflação crescente. Esse cenário propicia o "retorno" da cultura liberal, através de formulação mais moderna e mais técnica, o chamado neoliberalismo, que se propõe no momento atual.

Essa crise do capitalismo contemporâneo nos países de capitalismo avançado, foi provocada pelo "esgotamento de um modelo estabelecido de dominação do capital", o chamado welfare state, que foi o modelo utilizado a partir da segunda guerra mundial, como mecanismo de reprodução da força do trabalho e de acumulação do capital.

É neste cenário político-econômico da década de 80 se desencadeia um processo de mudanças no paradigma produtivo dos países de capitalismo avançado, evidenciado pelas profundas transformações no mundo do trabalho devido uma reestruturação produtiva de grande salto tecnológico, que introduz no mundo fabril uma crescente automação, a robótica e a microeletrônica. Segundo análises recentes, o modelo de produção fordista/taylorista deixa de ser o único e ao lado dele despontam outros processos produtivos chamados pós-fordistas. Tais modelos estão pautados em princípios produtivos que se contrapõem ao paradigma fordista.

Entendemos por modelo fordista/taylorista o modelo de produção que tem por princípios, segundo Antunes (1995:17): *"produção em massa, através de linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista de produção e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras"*. Esse modelo predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

Os chamados modelos pós-fordistas têm suas origens em experiências de países como a Suécia (o chamado Kalmarianismo), EUA, Alemanha e Japão (o tão difundido toyotismo). Os novos processos de trabalho embasados nestes modelos, passam a substituir o conceito de "produção em série e em massa" pelo o de "especialização flexível", que origina novos padrões de produtividade baseados numa lógica de competitividade que busca a adequação da produção à lógica de mercado. De modo geral, esse novo paradigma produtivo pós-fordista se expressaria como um modelo de "não produção em massa", "desconcentração industrial", "processo de automação flexível", "trabalhador polivalente" e "dita gestão participativa". Os novos padrões de gestão de força de trabalhos são expressos pelos modelos de CCQs (círculos de controle de qualidade), Just in time/Kaban e grupos semi-autônomos entre outros. Todos esses novos padrões de gestão da força de trabalho passam a perseguir o lema de "qualidade total". Assiste-se à proliferação destes diversos métodos de organização do trabalho, em que se observa uma reestruturação nas relações capital/trabalho. Esses novos métodos ao exigir o engajamento de todos na produção, desenvolve nos trabalhadores uma ideologia de "parceria", ressaltando o valor da competência e da importância do trabalhador no sucesso da empresa. Neste sentido, não é muito difícil perceber que essa ideologia que tenta harmonizar a relação capital/trabalho, desencadeia conseqüências sérias no movimento de organização sindical da classe operária.

Essas mudanças no mundo do trabalho ocasionadas pelos novos modelos pós-fordistas, acarretam conseqüências agudas no que diz respeito aos "direitos do trabalho". Segundo Antunes (1995:16) *"estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase"*. É neste sentido que a ideologia neoliberal cumpre o seu papel.

Muitas análises sobre essa temática demonstram que foi o Toyotismo a tomar maior impulso neste contexto, chegando a mesclar-se com o padrão Fordista ou mesmo substituindo-o, tanto nos países de capitalismo avançado quanto no terceiro mundo industrializado. Segundo Katz (1995), o Toyotismo é um modelo de produção que tenta remediar a improdutividade crescente do "gerenciamento científico" devido à transformação tecnológica acelerada, a saturação de mercados e a maior rotação do capital. Este modelo implica numa substituição do sistema de designar e impor tempos

pelo novo método grupal do "tempo compartilhado", misturando com o taylorismo trabalhos de diferentes graus de qualificação, adaptados a uma fase mais complexa da produção. A peculiaridade do toyotismo não inaugurou uma época pós-taylorista porque preserva e reforça o controle patronal.

É neste sentido que compartilhamos com o entendimento de Katz, sobre as transformações tecnológicas contemporâneas, entendendo que as mesmas se caracterizam pelas tentativas de *"incrementar o domínio físico e mental dos empresários sobre o conjunto da atividade do trabalho"* (1995:28). Para este autor, a utilização da informática aparece para o empresário como um recurso restaurador da corrosão do "controle patronal" criada pela crise de gestão taylorista. Conforme Coriat (1994), já a partir da década de 60 nos países de capitalismo avançado, as críticas ao taylorismo tornaram-se freqüentes no âmbito patronal e governamental, como conseqüências da repercussão das rebeliões operárias. É neste contexto que no mundo acadêmico as reflexões se concentram na "desumanização do trabalho", trazendo à tona a luta pela "democratização do ambiente de trabalho" e pela "participação operária" na direção da empresa.

Podemos perceber que a finalidade de uma inovação tecnológica é de garantir o **controle** do capital sobre o processo de trabalho. No taylorismo este controle foi exercido de forma autoritária. Segundo Katz, *"o controle patronal se impôs como um chicote e se alicerçou aprisionando os operários ao ritmo das máquinas"* (1995:14). No toyotismo, as inovações tecnológicas com base na microeletrônica, permitem que esse controle se efetive de forma mais suave, através de formas de gestão "participativas".

Este é o sentido do que ficou conhecido no mundo empresarial como "reengenharia de produção". Segundo Wesley (1994), a idéia de reengenhizar a produção é um dos modismos mais expressivos da administração contemporânea. A reengenharia é um processo de mudanças introduzido na organização empresarial, isto é, mudanças no modo como se organiza as operações de produção, cujo objetivo é o alcance de substancial economia de custos e o aumento de produtividade.

Percebemos que a lógica de concorrência do mercado globalizado vem pressionando as indústrias a efetivarem um processo de mudanças no modo de gestão da força de trabalho, adequando essa gestão às exigências de qualidade e produtividade deste mercado. É neste sentido, que o toyotismo se torna hegemônico.

No Brasil, essas mudanças pautadas neste novo paradigma produtivo são iniciadas de maneira mais visível a partir dos meados da década de 80. Segundo análise do DIEESE, a discussão atual sobre o processo de automação na atividade produtiva brasileira, está do ponto de vista institucional, regulamentada pela "Lei de Informática" aprovada em outubro de 1984 e implementada de forma mais concreta a partir de 1986. Essa lei estabelece incentivos à produção e utilização de bens e serviços de automação e informática. Percebe-se a partir deste contexto a difusão paulatina de equipamentos como o micro e minicomputadores, robôs, comando numérico computadorizado (CNC), controle lógico-programáveis (CLP) entre outros. Observa-se no contexto brasileiro um processo de mudanças na automação, que desde a década de 60 se produzia em bases fixas, passando a configurar-se com característica de uma "automação flexível". Ao lado dessas inovações tecnológicas na estrutura produtiva brasileira, verifica-se a introdução de novas tecnologias gerenciais. Segundo Francisco e Marlova (1993:83), o avanço brasileiro no mundo de gestão da força de trabalho quando utiliza a automação flexível de caráter seletivo, assim como estratégias gerenciais do estilo CCQs, Kaban /

Just in time entre outros, passa a colocar no seio do debate atual brasileiro a questão de se o seu modelo de produção ainda seria fordista ou estaria transitando para modelos pós-fordistas.

Os estudos recentes apontam não para a superação do fordismo no Brasil, mas para sua intensificação a partir da implementação de novos modelos de produção e gestão da força de trabalho.

Percebemos que antes de 1990, as inovações tecnológicas se processavam de maneira seletiva, ou seja, apenas alguns setores de produção adotavam as inovações tecnológicas, pressionando com essa medida o processo produtivo dos outros setores, acarretando um aceleração produtivo. Após 1990, essa difusão se dá de forma integrada em todo o conjunto empresarial, assumindo o caráter de uma verdadeira "reestruturação produtiva".

Acreditamos que as indústrias da Zona Franca de Manaus também desencadearam esse processo de "reestruturação produtiva" de caráter sistêmico, o que pode ser analisado pelos índices de redução de mão-de-obra e aumento significativo de produtividade de tais empresas. Segundo dados da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), embasados no controle das 300 maiores empresas do distrito industrial de Manaus, em 1990 a mão-de-obra destas empresas registrava uma média de 76.798 empregados. Esse número foi reduzido para 47.088 em 1995. Entretanto, houve um aumento significativo de produtividade. Em 1990 o faturamento atinge o montante de Cr\$ 8.425.476.291, enquanto em 1995 esse montante subiu para Cr\$ 11.739.198.370.

Fica demonstrado que apesar da redução de mão-de-obra houve um aumento de produtividade, o que prova a utilização de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, mas com um maior potencial produtivo, como os equipamentos de base microeletrônica, podendo ser analisado este fato como fruto de um processo de reestruturação produtiva.

O caráter sistêmico da reestruturação produtiva brasileira, segundo Leite (1994), pode ser analisado como efeito de dois fatores: primeiro, o aprofundamento da crise econômica de 1990, que diminuiu profundamente o mercado interno, forçando as empresas a se voltarem para o exterior. Segundo, a política de abertura do mercado brasileiro adotada pelo governo Collor, que obrigou as empresas a melhorarem suas estratégias de produtividade e qualidade, para garantirem condições de competitividade internacional.

É neste sentido, que a política industrial do país está pautada em uma ideologia de "modernização econômica". Segundo dados do DIEESE (1993), *"no início de 1990, foram lançadas pelo novo governo as diretrizes da Política Industrial e Comércio Exterior (PICE), afirmando o objetivo de reestruturação competitiva da indústria brasileira, para produzir no Brasil produtos com preços e qualidade em padrões internacionais. Esses objetivos estão contemplados no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP)"*.

Portanto, é de suma relevância o estudo da particularidade histórica do processo de reestruturação produtiva das indústrias da Zona Franca de Manaus. Essas indústrias apresentam, devido à realidade sócio-econômica em que estão inseridas, uma situação bastante diferenciada das indústrias do restante do país. Isto se deve ao fato de fazerem parte de um modelo de desenvolvimento regional (modelo de Zonas Francas) que vem sendo constantemente questionando e ameaçado pela política econômica e industrial vigente no país.

O modelo da ZF de Manaus, representa um modelo de desenvolvimento regional, fruto do regime militar, que passa a favorecer o capitalismo monopolista no país. Este modelo passa a despertar o interesse do empresariado nacional e principalmente do empresariado internacional, devido ao vislumbramento de grandes lucros sobre vantagens oferecidas e dos incentivos fiscais. Assim o Decreto-lei nº 288/67, implanta a Zona Franca de Manaus, atendendo à todas as exigências feitas pelo capital internacional para seu investimento neste modelo tais como: estabilidade política, redução dos custos de implantação pela criação de estímulos especiais, incentivos fiscais, mão-de-obra barata e outras. Assim, o emergente operariado desorganizado politicamente, a estabilidade política do período militar, a abundância de mão-de-obra barata e desqualificada, foram o chamariz para o investimento do capital estrangeiro no modelo da ZF de Manaus. Analisando o curso atual do desenvolvimento deste modelo diante da política neoliberal, a qual estabelece a queda dos incentivos fiscais e o estabelecimento das regras do mercado, podemos indagar quais são as conseqüências desta política para este modelo de Zona Franca que tem suas bases no padrão político do estatismo brasileiro. Conforme Pinto (1993:132), *"a perspectiva mais provável é a de que a ZF de Manaus perderá seus suportes institucionais, o que cria duas alternativas: ou entra em processo de crise e se desarticula ou se reprocessa em novos termos"*.

As indústrias da Zona Franca vêm se processando em novos termos, desencadeando um processo de reestruturação produtiva na busca das condições necessárias de competitividade frente à concorrência internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DIEESE. *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção*. São Paulo: DIEESE, 1994.
- FRANCISCO e MARLOVA. *As Políticas Sociais Empresariais e as novas tecnologias de gerenciamento*. Revista Serviço Social e Sociedade n.41. São Paulo: Cortez, 1993.
- KATZ, Cláudio. *Evolução e Crise do Processo de Trabalho*. In: *Novas Tecnologias – Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- LEITE, Marcia de Paula. *Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra*. In: *Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Escrita, 1994.
- _____. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Escrita, 1994.
- PINTO, Ernesto Renan Freitas. *Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional*. Revista São Paulo em Perspectiva. S.P., 1992.
- SERRA, Rose Mary. *A crise da materialidade do Serviço Social*. Revista Serviço Social e Sociedade n.41, São Paulo: Cortez, 1993.